



PLATAFORMAS DE BÚZIOS: EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E DE PETROLEIROS

Em março, ao mesmo tempo em que batia o recorde de produção de 1 bilhão de barris no Campo de Búzios, a Petrobrás descumpria cláusulas do ACT, forçando os petroleiros até a uma greve de 24h de advertência, além de outros problemas nas plataformas que operam no Campo, mostrando o quanto a força de trabalho ainda precisa lutar para ser valorizada na estatal.

A Petrobrás noticiou que o campo de Búzios - maior do mundo em águas profundas, bateu a marca de produção de 1 bilhão de barris de petróleo (cerca de 159 litros em cada barril). A nova marca foi atingida em 31 de março somando a produção das quatro plataformas (74, 75, 76 e 77) e do navio-plataforma Almirante Barroso.

DESRESPEITO ACENTUADO - No início do ano passado, logo após a posse da nova gestão, o Sindipetro-RJ apresentou as demandas dos embarcados à empresa, com a presença do RH de Búzios, que englobavam desde o tempo de espera no Aeroporto, passando pela logística de desembarque até uma lista unificada das bases da FNP sobre problemas que poderiam virar ocorrências de acidentes, colocando em risco a segurança dos trabalhadores.

Ainda em março deste ano, o Sindipetro-RJ cobrou respostas da estatal ao descumprimento de cláusulas do ACT sobre o pagamento do auxílio deslocamento a uma parte dos trabalhadores do E&P e a forma de convocação praticada para que

os trabalhadores se apresentassem no fim das férias, obrigando-os a trabalhar fora do ciclo de suas escalas programadas.

Neste último caso, sem retorno do RH por 60 dias (!), os petroleiros do Campo de Búzios deflagraram greve de advertência, cortando a emissão de Permissões de Trabalho por 24h. Veja no QR-Code:



MULHERES AINDA LUTAM POR ESTRUTURA MÍNIMA - As petroleiras do Operacional ainda precisam lutar por problemas muito básicos como uniformes e banheiros adequados! Trata-se de falta de atenção às questões das mulheres, desde necessidades urgentes nas áreas operacionais, até a demora das respostas a graves casos que são levados à ouvidoria. E foi somente com pressão que os RHs do Sistema Petrobrás se comprometeram a começar a resolver estes problemas em reunião com a FNP no dia 29/02 passado.

Não é aceitável que uma estatal como a Petrobrás, que comemora recordes de produção e enche os bolsos de acionistas, não reconheça, nem invista no efetivo; não valorize cada um de seus empregados, levando-os ao limite da insatisfação numa luta recorrente para fazer valer direitos conquistados!

Confira a matéria completa no site:



CÓDIGO 2040:

Entenda porque o Sindipetro-RJ defende a sua aplicação para os trabalhadores de turno. Página 2.



PROIBIÇÃO DE LANÇAMENTO DO CÓDIGO 2040 MOSTRA INTRANSIGÊNCIA E ARBITRÍO DA PETROBRÁS CONTRA TRABALHADORES DE TURNO

No último dia 11/04, a representação do Sindipetro-RJ participou de uma reunião com o RH do CENPES, em que foi questionado o porquê de não estar sendo aceita a aplicação do código 2040, nos períodos em que efetivamente o trabalhador não está mais em troca de turno.

Na concepção do Sindicato, o tempo acordado para a percepção da Hora Extra da Troca de Turno (HETT) vale apenas para o período em que o trabalhador está em efetiva passagem de serviço, não contabilizando os períodos de deslocamento interno nas dependências da empresa, e eventual aguardo do transporte. Para justificar isso, entendemos que nesse momento o trabalhador ainda se encontra à disposição do empregador, conside-

rando tal período não incluso dentro dos 23 minutos já previstos na tabela de HETT.

Por conta disso, o Sindicato entende que aplicação do código 2040, nestes casos, é a medida correta, da mesma forma que já ocorre em outras unidades do sistema Petrobrás, voltando ao que era aplicado em períodos anteriores.

A orientação do Sindipetro-RJ é que os trabalhadores lancem o código 2040 para os períodos que excederem os 23 minutos previstos na tabela.

Brevemente, o Sindipetro-RJ vai divulgar o calendário de assembleias que vão deliberar com a categoria sobre o assunto.

PETROBRÁS: OS “INELEGÍVEIS ELEITOS” NO C.A.

Há cerca de um ano, quando o governo atual tomou posse, o Sindipetro-RJ apresentou dossiê, junto com a FNP, defendendo, entre outros 30 pontos, as eleições para gestores, inclusive os do alto escalão, posicionando-se por mudanças com participação democrática no Conselho Administrativo da Petrobrás em formato de compromissos da estatal com princípios e valores para e pelo povo brasileiro.

Porém, tudo manteve-se na mesma com nomes indicados pelos sócios e escolha de compromissados com o mercado, com o capital, com o neoliberalismo, com o “dane-se o povo”.

E até o momento, pior, muitos dos gestores bolsonaristas ainda permanecem nos mesmos cargos, com poderes de mando e desmando. Uma mudança que os sindicalistas têm cobrado a cada reunião agendada com os RHs do Sistema Petrobrás.


NÃO QUEREM LARGAR O “OSSO”

O Judiciário, 21ª Vara Cível Federal de São Paulo, acatou a liminar e afastou, no dia 11/04, o presidente do C.A., Pietro Mendes. O juiz Pau-

lo Cezar Neves Junior determinou, ainda, a suspensão da remuneração até que haja julgamento do processo que discute conflito de interesses, porque Mendes é secretário do Ministério de Minas e Energia e responde por todo o setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Já em 16/04, o caso de Pietro Mendes sofreu mais uma reviravolta. O desembargador Marcelo Saraiva do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), Marcelo Saraiva. Ele decidiu que não há conflito de interesses. A 4ª turma do TRF-3 ainda vai avaliar esta determinação.

Vale citar que Pietro, há 18 anos na ANP, foi diretor do Departamento de Biocombustíveis durante o governo Bolsonaro na mesma época em que avançava o processo de privatização da Petrobrás Biocombustível (PBIO)!

Os petroleiros devem participar da escolha dos gestores na Petrobrás! Por um C.A. com participação democrática! Pelo fim do loteamento de cargos na Petrobrás em troca de apoios no Congresso - prática recorrente e normalizada no Brasil! Matéria completa no QR CODE: 



AMS: REAJUSTE NA TABELA DE GRANDE RISCO SERÁ DE 6,66%

Conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, a AMS atualizou a tabela de Grande Risco em 6,66%

O reajuste está previsto no parágrafo 11º da cláusula 37ª, sendo o percentual apurado aplicado nas tabelas de Grande Risco, constantes dos anexos IX, X e XI do ACT 2023-2025. O repasse é pautado no IPCA Saúde dos últimos 12 meses (março/2023 a fevereiro/2024). As mudanças já terão reflexo no contracheque do dia 25 de abril. Os valores serão cobrados retroativamente a partir de 1º de março.

Confira a nova tabela:



Segundo a Petrobrás, essas medidas visam restabelecer a relação de custeio da AMS em 60% de participação da empresa e 40% pelos beneficiários, de forma a garantir a sustentabilidade do plano. Mas essa relação custeio tem previsão diante da nova resolução, que irá substituir a CGPAR nº 42, que mudará a relação para 70x30.

Outra medida acordada no ACT, e que vigora desde 2018, é a contribuição adicional, a ser descontada anualmente em novembro, com valor correspondente à contribuição regular do beneficiário com base na tabela de Grande Risco em vigor. Esse ponto também será revisto. Após a nova resolução, será negociado com a gestão da Petrobrás, se houver margem, a retirada desse adicional do ACT através de um aditivo.

Carência na reinclusão - Começou, em 6/04, a operacionalização da regra de carência na reinclusão de beneficiários, conforme previsto na Cláusula 38, parágrafo 1º, e da consecutividade das 120 (cento e vinte) contribuições imediatamente anteriores à aposentadoria para fruição da tabela dos ativos na saída da companhia. A medida foi consignada na Cláusula 36, parágrafo 5º, do ACT 2023-2025, respeitando integralmente as exceções a essas regras previstas no documento.

LANÇADO O NOVO PASA

FNP participa de lançamento da parceria entre Saúde Petrobrás e Hospital Sírio-Libanês, que foi fruto da campanha do último ACT

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) esteve presente, na quinta-feira (11/04), no lançamento do Novo Programa de Avaliação de Saúde do Aposentado (PASA) e de Atenção Primária.

Uma parceria entre a Saúde Petrobrás e o Hospital Sírio-Libanês - onde ocorreu o evento, na unidade da Zona Sul de São Paulo.

Essa é uma conquista da categoria petroleira, fruto da luta do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2023-2025 e passa a valer já a partir deste mês de abril de 2024.

NOVA VERSÃO - O novo PASA vai permitir ao beneficiário do Saúde Petrobrás (AMS) - aposentado e pensionista - o direito a uma consulta anual com a equipe médica do Sírio-Libanês, presencial ou telepresencial, no mês do seu aniversário, e eventuais exames e o retorno gratuito.

O programa consiste em uma avaliação médica anual, semelhante ao exame periódico dos empregados ativos, adaptada às novas necessidades dos titulares aposentados (de qualquer idade) e dos pensionistas acima de 60 anos.

EXPANSÃO PARA O RIO E SALVADOR - Em primeiro momento, o atendimento presencial do PASA acontece na cidade de São Paulo, nas unidades do Sírio-Libanês associadas ao programa. Está prevista a expansão do atendimento presencial para as cidades do Rio de Janeiro e de Salvador até o final de 2024.

ATENÇÃO: o Hospital Sírio-Libanês continua não fazendo parte da nossa rede credenciada. Em casos de urgência ou emergência, orientamos que os beneficiários busquem hospitais credenciados nas suas regiões.

PED 2022 ENTRA EM VIGOR

Abono e 13º não sofrerão incidência do equacionamento, cobrança começa neste mês de abril

O plano de equacionamento do déficit registrado pelo PPSP-NR no exercício de 2022 (PED-2022) foi aprovado, em 25/10/2023, pelo Conselho Deliberativo da Petros e pelas instâncias de governança de cada uma das patrocinadoras e, conforme informado, a cobrança das contribuições extraordinárias tem início agora em abril, seguindo o que determina a legislação.

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão responsável pela supervisão da Petrobrás, também aprovou o PED-2022 do PPSP-NR.

HERANÇA BOLSONARISTA - O equacionamento é uma obrigação legal, prevista na Resolução CNPC nº 30/2018, para garantir a sustentabilidade e a saúde financeira de um plano quando o resultado deficitário ultrapassa o limite permitido por lei. Em 2022, o resultado do PPSP-NR foi prejudicado pela conjuntura econômica que afetou os segmentos de renda variável e de renda fixa, principalmente os títulos públicos marcados no mercado que, na época, representavam a maior parcela da carteira. Além disso, o passivo foi impactado pela revisão do chamado "Teto 1" e a alta da inflação, que elevou a meta atuarial, um 'legado' de Paulo Guedes e Bolsonaro.

PETROS "IMUNIZA" PLANO COM COMPRA DE TÍTULOS PÚBLICOS - Sob a justificativa de reduzir o risco de novos déficits e aumentar a estabilidade do plano, a Petros concluiu no ano passado a imunização da carteira do plano, que consiste na aquisição de títulos públicos com rentabilidade superior à meta atuarial, aproveitando o patamar elevado da taxa de juros, casando o fluxo de caixa desses papéis com os compromissos de pagamento a aposentados e pensionistas. O Sindipetro-RJ segue na luta para resguardar os direitos dos participantes do plano Petros e minimizar os efeitos negativos dos PED's em suas vidas.

CONFIRA AS ALÍQUOTAS - A alíquota para assistidos será de 3,64% do benefício Petros. Para ativos, será de 3,29% do salário de contribuição. Não haverá cobrança sobre o abono anual (assistido) e 13º salário (ativo).

PED-2022 DO PPSP-NR

Contribuição extra: 3,64% (Assistido) 3,29% (Ativo)

Abono anual e 13º salário: Sem cobrança de PED-2022

Início das cobranças: Abril 2024

Duração: Vitalícia

TERCEIRIZADOS

DENÚNCIA: TERCEIRIZADA CORTA ADICIONAL DE PERICULOSIDADE NO CENPES

O Sindipetro-RJ recebeu denúncias de que os técnicos e engenheiros de Segurança do Trabalho lotados no SMS do CENPES, que têm acesso a todas as áreas do site para realizar atividades inerentes à área, deixaram de receber o adicional de periculosidade.

A medida está em vigor há cerca de cinco meses quando a empresa terceirizada CTA Engenharia assumiu o contrato e teria realizado um laudo para justificar o não pagamento do adicional a esses trabalhadores.

ELEIÇÕES



Sindipetro RJ

TRIÊNIO 2024-2027

CALENDÁRIO:

22/04 - Divulgação resultado final do registro de chapas

29/04 a 16/05 - Primeiro turno eleições

17/05 - Apuração de votos primeiro turno

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro
www.sindipetro.org.br
(21) 3034-7300 / 99700-2564

Comunicação: Antony Devalle, Bruno Dantas, Eduardo Henrique, Gabriel Carqueijo, Gustavo Marun, Mateus Ribeiro, Tiago Amaro e Vinícius Camargo
Redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Rosa Maria Corrêa (MTb 15.814-RJ)
Edição: André Lobão (MTb 28.307-RJ) | Secretaria: Gabriel Carlos Cassiano de Araújo
Designer Gráfica: Adriana Gulias | Estagiário de Design: Victor Saad
Impressão: 3 Graph | Tiragem: 8.500